Empresas & Negócios

MATERIAL PUBLICADO NO JORNAL EMPRESAS & NEGÓCIOS EM 07/05/2026

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

CNPJ nº 46.250.411/0001-36

BALANÇO PATRIMONIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa equivalente de caixa sem restrição	8	**435**	962
Caixa equivalente de caixa com restrição	9	**4.618**	4.080
Títulos e valores mobiliários sem restrição	10	**2.633**	2.070
Títulos e valores mobiliários com restrição	11	**3.515**	3.179
Outras contas a receber		**471**	420
Total do circulante		**11.672**	10.711
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósito judicial	12b.	**987**	984
		987	984
Imobilizado	13	**14.290**	14.522
Total do não circulante		**15.277**	15.506
Total do Ativo		**26.949**	26.217

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores		**86**	90
Obrigações tributárias		**220**	206
Obrigações trabalhistas e sociais	14	**1.894**	1.940
Outras contas a pagar		**46**	72
Convênios Públicos e Privados a Executar	15	**8.927**	8.113
Total do circulante		**11.173**	10.421
Não Circulante			
Provisão para contingência	12a.	**43**	-
Bens comodato	16	**1.337**	1.337
Total do não circulante		**1.380**	1.337
Patrimônio Líquido	17		
Patrimônio social		**9.772**	9.131
Ajuste avaliação patrimonial		**4.688**	4.912
Déficit/Superávit acumulado		**(64)**	417
		14.396	14.460
Total do Passivo e Patrimônio líquido		**26.949**	26.217

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	18	**34.799**	34.298
Custos dos serviços prestados	19	**(33.422)**	(32.539)
Superávit bruto		**1.377**	1.759
Despesas por natureza			
Despesas Gerais e Administrativas	19	**(1.060)**	(981)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	**(845)**	(666)
Déficit/Superávit antes do resultado financeiro		**(528)**	112
Resultado Financeiro			
Receita Financeira	20	**465**	311
Despesas Financeiras	20	**(1)**	(6)
Resultado financeiro, líquido		**463**	305
Déficit/Superávit do período		**(64)**	417

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Déficit/Superávit do período	**(64)**	417
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total	**(64)**	417

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 - *(Em milhares de Reais)*

	Patrimônio social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.011	5.135	896	14.042
Transferência para patrimônio social	896	-	(896)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	224	(224)	-	-
Superávit do período	-	-	417	417
Saldo em 31 de dezembro de 2024	9.130	4.912	417	14.460
Transferência para patrimônio social	**418**	**-**	**(418)**	**-**
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	**224**	**(224)**	**-**	**-**
Déficit do período	**-**	**-**	**(64)**	**(64)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**9.772**	**4.688**	**(64)**	**14.395**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 E 2024 - *(Em milhares de Reais)*

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Déficit/Superávit do período	**(64)**	417
Ajustes de itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	**1.368**	1.312
Resultado na baixa de ativos intangíveis e imobilizado	**1**	-
Provisão para contingências	**43**	-
	1.348	1.728
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Despesas antecipadas	**-**	1
Depósito judicial	**(3)**	6
Outras contas a receber	**(51)**	27
	(54)	34
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	**(4)**	15
Obrigações tributárias e trabalhistas	**(32)**	256
Outras contas a pagar	**(27)**	29
Convênios Públicos e Privados a Executar	**815**	859
	752	1.159
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.046**	2.923
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicação de títulos e valores mobiliários	**(15.189)**	(15.226)
Resgate de títulos e valores mobiliários	**15.087**	14.476
Juros apropriados sobre títulos e valores mobiliários	**(796)**	(562)
Aquisição de bens imobilizado	**(1.137)**	(838)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	**(2.035)**	(2.150)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**11**	773
No início do exercício	**5.042**	4.269
No fim do exercício	**5.053**	5.042
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	**11**	773

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A **Fundação Fé e Alegria do Brasil** é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, de caráter beneficente, educativo, cultural e de promoção social, e faz parte das obras e finalidades educativas da Companhia de Jesus - Jesuítas, doravante designada simplesmente Fundação. A Fundação inspira-se no Ideário de Fé e Alegria Internacional, na experiência pedagógica da Companhia de Jesus e no Diálogo Intercultural e Inter-religioso. Foi registrada sob n° 25413, aos cinco dias do mês de agosto de 1981, no 3° Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, desta Capital, com Sede e Foro em São Paulo, Capital, SP, à Avenida Paulista, nº 2.300 | 17º andar | Conj. 172 | Sala 01 | Bela Vista e consta com o CNPJ n° 46.250.411/0001-36, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS conforme processo nº 23002.000653/84-5 em 05/06/1984. A **Fundação Fé e Alegria do Brasil**, inspirada nos princípios evangélicos, sem qualquer objetivo de lucro ou de política partidária, têm como missão impulsionar, a partir dos centros educativos nos quais trabalha, de forma colaborativa, processos educativos integrais, comprometendo-se com a transformação das pessoas para desenvolver sistemas sociais justos e democráticos. A Fundação tem duração indeterminada e o seu exercício social coincidirá com o ano civil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho curador da Fundação em 24 de abril de 2026. Para atingir os seus fins institucionais, a Fundação poderá empregar as seguintes finalidades, mas não limitadas, a: (a) promover, criar e manter, dentro de suas possibilidades, em qualquer lugar do território nacional, o funcionamento de Centros Educativos, de Assistência Social, Recreativos, Esportivos, de Promoção Social, Comunitários e Ambientais; (b) apoiar o desenvolvimento de projetos de ação comunitária, projetos de cooperativas de produção e serviços e outros de promoção social com vistas a fortalecer os vínculos familiares; (c) elaborar e divulgar materiais didático-pedagógicos, desenvolver pesquisas ou outras formas de produção de conhecimentos, publicar e distribuir publicações próprias ou de terceiros; (d) executar serviços de comunicação, por meio de canais digitais, previamente aprovado pelo Conselho Curador e Diretoria Nacional, com finalidade exclusivamente educativa e cultural e para promover educação para a cidadania, tendo como escopo o desenvolvimento cultural e técnico- científico, abrangendo todos os níveis de ensino; (e) estimular a participação de grupos envolvidos nos diversos projetos e programas da Fundação e animar a criação de Conselhos Comunitários para fortalecer a organização e participação da comunidade em geral; (f) contribuir na definição de políticas públicas para a infância e a adolescência; (g) realizar atividades e eventos artístico-culturais, através da realização de espetáculos musicais, teatrais, exposições e demais atividades de caráter cultural, para promover a difusão da cultura à sociedade; (h) executar Programa de Aprendizagem e profissionalização em conformidade com as legislações vigentes; (i) executar serviços e atividades ligados às pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade. No âmbito de sua finalidade e objetivos sociais, a Fundação prestará serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais de forma gratuita e de caráter continuado, permanente e planejado, sem nenhuma discriminação ao seu acesso. **2. Base de preparação:** a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados e atualizados pelo valor justo por meio do resultado. **4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Fundação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 6e - determinação da vida útil dos ativos imobilizados; *Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Fundação requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Administração da Fundação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Fundação usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **6. Principais práticas contábeis:** • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 23 - instrumentos financeiros. As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Fundação em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na quitação das obrigações de curto prazo. b) Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários referem-se aos recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Fundação. A Fundação adota como prática contábil apresentar os títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos nas demonstrações dos fluxos de caixa por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 - Demonstrações do Fluxo de Caixa. c) Contas a receber - Convênios Públicos e Privados: Representam subvenções governamentais e de poder privado, que são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que a Fundação irá cumprir as condições associadas com a subvenção e são posteriormente reconhecidas no resultado, em uma base sistemática no período de vida útil do ativo. As subvenções recebidas pela Fundação possuem em contrato cláusulas de obrigação de execução do projeto que se referem, sendo registradas como obrigações e após o aceite será reconhecida em resultado. d) Depósitos judiciais: Existem situações em que a Fundação questiona a legitimidade de determinados passivos e ações movidas contra si. Por conta destes questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo e são apresentados pelos valores originais no realizável a longo prazo. e) Imobilizado: *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido de depreciação e amortização acumulada, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e os custos com empréstimos capitalizados. O custo de ativos construídos pela própria Fundação inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Fundação e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Depreciação:* A depreciação é calculada pelo método linear sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ao longo de sua vida útil estimada. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativas são as seguintes, por quantidade de anos:

Prédios e Edificações	10 - 60 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. f) Obrigações trabalhistas e sociais: Contempla as provisões trabalhistas decorrentes de férias e encargos que é constituída com base na remuneração de cada funcionário e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço. g) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. h) Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Fundação possuí uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: A Fundação, de acordo com o CPC 12 - Ajuste a valor presente, analisou suas contas de ativos e passivos de curtos e longos prazos, com relação a valores realizáveis no futuro, prazos de liquidação, vencimento e possíveis taxas de desconto e verificou que, qualquer ajuste a valor presente seria irrelevante em 31 de dezembro de 2025 e 2024. j) Apuração do resultado contábil e reconhecimento das receitas: As receitas, os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. As práticas contábeis de reconhecimento de receita estão descritas na nota 17. k) Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A Fundação adotou como prática contábil apresentar os juros recebidos de títulos e valores mobiliários nas atividades de investimentos por entender que é a situação que melhor representa seus fluxos financeiros, estando tal apresentação amparada nos parágrafos 33 à 34A do CPC 3 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e variação cambial sobre empréstimos e impostos parcelados. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos. l) Instrumentos financeiros: (i) *Reconhecimento e mensuração inicial:* As contas a receber são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Fundação se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR ("Valor Justo por meio do Resultado"), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. (ii) *Classificação e mensuração subsequente:* No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2025 e 2024 a Fundação não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - instrumento de dívida ou VJORA - instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Fundação mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR):* Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. *Custo amortizado:* Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos, bolsas restituíveis e outros créditos provenientes de prestação de serviços. (iii) *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. A Fundação tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. (iv) *Desreconhecimento:* A Fundação desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Fundação transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Fundação desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirar. A Fundação também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (v) *Instrumentos financeiros derivativos:* A Fundação não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos incluindo operações de *hedge*. m) Redução ao valor recuperável (impairment): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Fundação não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. n) Informações operacionais divulgadas: As divulgações das informações operacionais reportáveis apresentadas, estão de acordo com a estrutura de gerenciamento e com as informações utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Fundação, cujo objetivo é segregar as operações assistenciais das não assistenciais. Dessa forma, todos os itens alocados são referentes a atividades de negócio das quais podem-se obter receitas e incorrer em despesas.

7. Informações operacionais divulgadas

Balanços patrimoniais por área de atuação

Ativo	2025 Total	2025 Educação	2025 Ação Social	2024 Total	2024 Educação	2024 Ação Social
Circulante						
Caixa equivalente de caixa sem restrição	**435**	**259**	**176**	962	531	431
Caixa equivalente de caixa com restrição	**4.618**	**1.189**	**3.429**	4.080	669	3.411
Títulos e valores mobiliários sem restrição	**2.633**	**547**	**2.086**	2.070	31	2.039
Títulos e valores mobiliários com restrição	**3.515**	**1.258**	**2.257**	3.179	966	2.213
Outras contas a receber	**471**	**209**	**262**	420	139	281
Total do circulante	**11.672**	**3.462**	**8.210**	10.711	2.336	8.375
Não circulante						
Depósito judicial	**987**	**5**	**982**	984	5	979
Imobilizado	**14.290**	**1.817**	**12.473**	14.523	1.767	12.756
Total do não circulante	**15.277**	**1.822**	**13.455**	15.506	1.772	13.735
Total do ativo	**26.949**	**5.284**	**21.665**	26.217	4.108	22.109

Passivo e Patrimônio líquido	2025 Total	2025 Educação	2025 Ação Social	2024 Total	2024 Educação	2024 Ação Social
Circulante						
Fornecedores	**86**	**28**	**58**	90	25	65
Obrigações tributárias	**220**	**86**	**134**	206	81	125
Obrigações trabalhistas e sociais	**1.894**	**588**	**1.306**	1.940	559	1.381
Outras contas a pagar	**46**	**18**	**28**	72	-	72
Convênios Públicos e Privados a Executar	**8.927**	**3.102**	**5.825**	8.113	2.035	6.078
Total do circulante	**11.173**	**3.822**	**7.351**	10.421	2.700	7.721
Não circulante						
Provisão para contingência	**43**	**-**	**43**	-	-	-
Bens comodato	**1.337**	**-**	**1.337**	1.337	-	1.337
Total do não circulante	**1.380**	**-**	**1.380**	1.337	-	1.337
Patrimônio líquido						
Patrimônio social	**14.396**	**1.462**	**12.934**	14.458	1.407	13.051
Total do patrimônio líquido	**14.396**	**1.462**	**12.934**	14.458	1.407	13.051
Total do passivo e patrimônio líquido	**26.949**	**5.284**	**21.665**	26.217	4.108	22.109

Demonstrações de resultados do período por área de atuação

	2025 Total	2025 Educação	2025 Ação Social	2024 Total	2024 Educação	2024 Ação Social
Receita operacional líquida	**34.799**	**10.558**	**24.241**	34.298	8.957	25.341
Custos dos serviços prestados	**(33.422)**	**(10.128)**	**(23.294)**	(32.538)	(8.744)	(23.794)
Superávit bruto	**1.377**	**429**	**947**	1.759	213	1.547
Despesas operacionais e administrativas						
Gerais e administrativos	**(1.060)**	**(404)**	**(656)**	(981)	(254)	(727)
Outras despesas operacionais	**(845)**	**(187)**	**(657)**	(666)	(27)	(639)
Superávit/Déficit antes do resultado financeiro	**(528)**	**(162)**	**(366)**	113	(69)	181
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	**465**	**17**	**448**	311	5	306
Despesas financeiras	**(1)**	**-**	**(1)**	(6)	-	(6)
	464	**17**	**447**	305	5	300
Superávit/Déficit do período	**(64)**	**(145)**	**81**	417	(64)	481

Assistência Social: As ações ofertadas na área de Assistência Social tiveram como objetivo otimizar as relações sociais, estabelecidas de forma a garantir que cada indivíduo seja sujeito de direitos e protagonista de sua história. Estas ações foram desenvolvidas por meio de serviços, programas e projetos os quais proporcionaram aos usuários atendidos o acolhimento, a convivência e a socialização de famílias e indivíduos de acordo com a identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Em 2025 a **Fundação Fé e Alegria do Brasil** ofertou os serviços de Proteção Social Básica, Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade em seus **25 (vinte e cinco)** centros sociais, localizados em **11 (onze)** estados do Brasil, sendo eles: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Roraima e Amazonas, com atendimento direto a **6.546** (seis mil, quinhentos e quarente e seis) pessoas. Educação: Inspirada e fundamentada em seu Estatuto Social, a Fundação Fé e Alegria do Brasil possui em seus princípios evangélicos, sem qualquer objetivo de lucro, nem de política partidária o objetivo institucional de estender a educação integral às classes desfavorecidas. Sendo assim, em 2025 a **Fundação Fé e Alegria do Brasil** atendeu em suas 6 (seis) unidades educativas: Centro de Educação Infantil Jardim Laranjeiras (Palhoça|SC), Centro de Educação Infantil Nova Conquista (Santa Luzia|MG), Centro de Educação Infantil Pe. José Ten Cate (Cuiabá|MT), Centro de Educação Infantil Rosa Mutran Maluf (Cuiabá|MT) e Centro de Educação Infantil Fé e Alegria (Taipas|SP), o total de **732 (setecentos e trinta e dois)** alunos na educação básica no nível da educação infantil. Já na educação profissional técnica de nível médio em agropecuária integrada ao ensino médio, atendeu **238 (duzentos e trinta e oito)** alunos na Escola Família Agrícola de Jaboticaba (Quixabeira|BA).

8. Caixa e equivalentes de caixa sem restrição

	2025	2024
Caixa e bancos sem restrição	**292**	574
Aplicações financeiras sem restrição (a)	**143**	388
	435	962

(a) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicação em poupança variando a taxa de rendimento de 8,26% ao ano de 2025, no ano de 2024 foi de 7,09%, com pouca chance de variação e são facilmente convertidas em caixa para utilização

9. Caixa e equivalentes de caixa com restrição

	2025	2024
Caixa e bancos com restrição	**830**	268
Aplicações financeiras com restrição	**3.788**	3.812
	4.618	4.080

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicação em poupança variando a taxa de rendimento de 8,26% ao ano de 2025, no ano de 2024 foi de 7,09%, com pouca chance de variação e são facilmente convertidas em caixa para utilização. Os saldos reconhecidos nessa rubrica são de contas bancárias vinculadas a algum tipo de projeto público ou privado, que temos restrição para a movimentação das contas, utilizando conforme os convênios estabelecidos e prestando conta de seus pagamentos.

10. Títulos e valores mobiliários sem restrição

	Remuneração	2025	2024
CDBs - Renda Fixa sem restrição	100% a 104% do CDI	**2.633**	2.070

Os valores reconhecidos como títulos e valores mobiliários sem restrição são aplicações em fundos bancários remunerados pelo CDI, onde são utilizados como reserva financeira da Fundação para manutenção de seus centros, de forma que não são utilizadas no fluxo usual do caixa da Fundação.

11. Títulos e valores mobiliários com restrição

	Remuneração	2025	2024
CDBs - Renda Fixa com restrição	100% a 104% do CDI	**3.515**	3.179

Os valores reconhecidos como títulos e valores mobiliários com restrição são aplicações em fundos bancários remunerados pelo CDI, onde são utilizados para os convênios públicos e privados relacionados a projetos específicos para utilização de recurso. **12. Provisão para contingências e depósitos judiciais:** a) Provisão para contingências: A Fundação é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e fiscais, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Para cobertura das perdas consideradas como prováveis não se teve constituição para os 2024, mas para o ano de 2025 segue abaixo:

	2025	2024
Trabalhistas	**15**	-
Cíveis	**28**	-
	43	-

Existem processos classificados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível no montante em 2025 de R$806 (R$2.580 em 2024), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

b) Depósitos judiciais

	2025	2024
Bloqueio Judicial processo 0093895-61.2010.8.19.0001	**972**	972
Outros depósitos	**15**	12
	987	984

O valor processo 0093895-61.2010.8.19.0001 é o bloqueio efetuado em 2015 referente, executado pelo Município do Rio de Janeiro, trata-se de execução fiscal no qual o débito origina-se do suposto saldo do convenio dos n. 256/2005, 169/2005, 311/2005, 297/2005 e 256/2005. O processo encontra-se aguardando recurso de apelação da Fundação. A perda é possível, uma vez que não há decisão definitiva. Assim, não há precedentes judiciais de direito sobre o tema. (Nesse caso, não há perda do valor da execução, uma vez que o valor depositado em sua integralidade já foi convertido em renda). **13. Imobilizado:** As movimentações do custo e da depreciação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas nos quadros abaixo:

Custo	Saldo em 31/12/2024	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2025
Terrenos	3.228	**-**	**-**	**3.228**
Prédios e edificações	15.152	**-**	**-**	**15.152**
Bens Comodato	1.337	**-**	**-**	**1.337**
Veículos	675	**98**	**-**	**773**
Móveis e Utensílios	1.651	**237**	**-**	**1.888**
Equipamentos e instalações	6.878	**495**	**(1)**	**7.371**
Imobilizações em andamento	25	**308**	**-**	**332**
Total Custo	28.945	**1.137**	**(1)**	**30.081**
Prédios e edificações	(8.360)	**(583)**	**-**	**(8.943)**
Veículos	(487)	**(57)**	**-**	**(544)**
Móveis e Utensílios	(1.198)	**(73)**	**-**	**(1.271)**
Equipamentos e instalações	(4.378)	**(656)**	**-**	**(5.033)**
Total Depreciação	(14.423)	**(1.368)**	**-**	**(15.792)**
Saldo líquido	14.522	**(232)**	**-**	**14.290**

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024
Terrenos	3.228	-	-	3.228
Prédios e edificações	15.152	-	-	15.152
Bens Comodato	1.322	15	-	1.337
Veículos	675	-	-	675
Móveis e Utensílios	1.529	122	-	1.651
Equipamentos e instalações	6.201	676	-	6.878
Imobilizações em andamento	-	25	-	25
Total Custo	28.107	838	-	28.945
Prédios e edificações	(7.770)	(590)	-	(8.360)
Veículos	(430)	(57)	-	(487)
Móveis e Utensílios	(1.142)	(56)	-	(1.198)
Equipamentos e instalações	(3.769)	(609)	-	(4.378)
Total Depreciação	(13.111)	(1.312)	-	(14.423)
Saldo líquido	14.996	(474)	-	14.522

14. Obrigações trabalhistas e sociais	2025	2024
Provisão para férias	**1.674**	1.702
FGTS a recolher	**136**	139
Salários a pagar	**84**	97
Outros	**2**	2
	1.894	1.940

15. Convênios públicos e privados a executar	2025	2024
Convênios públicos a executar	**6.218**	5.114
Convênios privados a executar	**2.710**	2.998
	8.927	8.113

São os valores a executar de convênios firmados com Órgãos Governamentais e privados, conforme Resolução CFC 1.305/2010 (NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002. Este grupo é composto por valores a executar oriundos de contratos e/ou termos assinados com Empresas públicas e privadas representados pelo seu valor nominal e original; cuja contrapartida está lançada no Ativo Circulante e não circulante e o reconhecimento da receita quando utilizado os recursos ou quando houver depreciação de bens do ativo imobilizado. Os convênios firmados com entidades públicas e privadas têm como finalidade o repasse de recursos financeiros para a execução de projetos e atividades de interesse público, visam o apoio técnico ou financeiro a projetos de interesse mútuo, sem caráter lucrativo, com foco em responsabilidade social, educação, inovação ou sustentabilidade. Todos os convênios estão formalizados por meio de instrumentos jurídicos adequados e seguem os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Os recursos são utilizados conforme planos de trabalho previamente aprovados e submetidos à prestação de contas junto aos órgãos competentes.

16. Bens em comodato	2025	2024
Impressoras	**15**	15
Imóvel R. Teodomiro Carneiro, s/n - Tocantinia/TO	**979**	979
Imóvel R. Lagoa Imboacica, 416 - Montas Claros/MG	**342**	342
Imóvel R. Jose Luiiz Peres Garcia, 5 - Porto Alegre/RS	**1**	1
	1.337	1.337

Comodato é o contrato gratuito pelo qual uma das partes (comodante) entrega à outra (comodatária) bens móveis ou imóveis, para que dela se utilize por certo tempo, sendo obrigatória a devolução ao final do período estipulado. Os bens em comodato são utilizados exclusivamente para os fins acordados nos contratos. A Fundação é responsável pela guarda, conservação e manutenção dos bens durante o período de vigência do comodato, todos os bens em comodato se têm prazo indeterminado. **17. Patrimônio líquido:** Patrimônio social: Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, não podendo, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. Ajuste de avaliação patrimonial (reavaliação de bens): O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do "deemed cost" no momento da aplicação pela primeira vez das normas da CPC, da rubrica de imóveis do ativo imobilizado, com base em laudo de avaliação elaborado por consultoria especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizada por depreciação ou baixa dos bens reavaliados contra o superávit acumulado. Não foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos em decorrência de a Fundação possuir imunidade tributária.

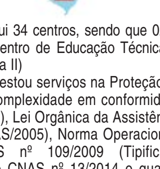
18. Receita operacional	2025	2024
Receitas de ensino	**10.906**	9.214
Outras receitas	**-**	36
Receitas patrimoniais	**113**	166
Receitas com trabalhos voluntários	**1.093**	1.041
Receitas com contribuições	**840**	1.209
Receitas com subvenções privadas (nota 24)	**12.584**	14.321
Receitas com subvenções públicas (nota 25)	**19.412**	16.946
Parceria socio aprendizagem	**757**	579
	45.705	43.512
Bolsas institucionais	**(8.360)**	(7.113)
Bolsas Cebas (nota 21)	**(2.546)**	(2.100)
	(10.906)	(9.213)
	34.799	34.298

Tipo de produto	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Reconhecimento da receita conforme o CPC47
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtem o controle das receitas com mensalidades de ensino no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização	A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Fundação e quando puder ser mensurada de forma confiável. As receitas com contribuições dos alunos (mensalidades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência.
Patrimoniais	Os valores relacionados aos arrendamentos mercantis operacionais referem-se, substancialmente, aos recebimentos de aluguéis, que possuem prazos contratuais de período inicial não revogável de 30 meses com valor anual do aluguel indexado a índices de preços ao consumidor	A receita é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo de arrendamento contratado

19. Custos e Despesa por natureza	2025	2024
Custos e despesas por função		
Custos dos serviços prestados	**(33.422)**	(32.539)
Despesas gerais e administrativas	**(1.060)**	(981)
Outras (despesas) operacionais	**(845)**	(666)
	(35.327)	(34.186)
Custos e despesas por natureza		
Despesas com pessoal	**(20.223)**	(19.523)
Despesas com materiais	**(5.087)**	(5.124)
Serviços básicos	**(689)**	(690)
Depreciação e amortização	**(1.368)**	(1.312)
Despesas com serviços	**(2.772)**	(2.756)
Despesas com propaganda, marketing e eventos	**(28)**	(1)
Despesas com patrimônio e utilidades	**(2.409)**	(2.249)
Despesas com Trabalho Voluntário	**(1.093)**	(1.041)
Despesas com viagens	**(484)**	(423)
Provisão para contingência	**(43)**	-
Despesas assistenciais	**(397)**	(699)
Outras despesas	**(734)**	(367)
	(35.327)	(34.186)

20. Resultado financeiro	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	**386**	255
Outras receitas financeiras	**79**	56
	465	311
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	**(1)**	(6)
	(1)	(6)
	464	305

21. Benefícios sociais ofertados por meio da concessão de bolsas de estudo e ações socioassistenciais com base na Lei complementar 187, de 16 de dezembro de 2021 e Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023: Fé e Alegria é um Movimento de educação popular e promoção social e já beneficiou ao redor do mundo cerca de 1,5 milhão de pessoas, por meio da oferta de atividades nas áreas de assistência social e da educação, realizados nas mais de 4.000 unidades educativas e sociais mantidos e alocados em 22 países da América Latina, Europa e África. Promove processos educativos integrais, inclusivos e de qualidade, e ações de promoção social. A Fundação faz parte da Federação Internacional de Fé e Alegria e cremos que, por meio da Educação Popular, contribuiremos para a construção de uma sociedade democrática, justa e solidária. Áreas de atuação | Assistência Social e Educação: A **Fundação Fé e Alegria do Brasil** desenvolveu suas atividades na área da Assistência Social e Educação por meio de seus **34**[1] **(trinta e quatro)** centros mantidos que estão concentrados em **14 (quatorze)** estados do Brasil, sendo eles: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Tocantins, Roraima, Amazonas, Mato Grosso e Santa Catarina. Atendeu diretamente **12.498 (doze mil, quatrocentos e noventa e oito)** crianças, adolescentes, jovens e adultos.



[1] A fundação Fé e Alegra, possui 34 centros, sendo que 02 centros não tiveram atividades em 2025 (Laranja da Terra / Centro de Educação Técnica e Ambiental e Ilheus / Centro Social Nossa Senhora da Vitória II)

Assistência Social: Em 2025 prestou serviços na Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), Norma Operacional Básica (NOB-SUAS/2005), Norma Operacional Básica em RH (NOB-SUAS-RH/2006), Resolução CNAS nº 109/2009 (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais), Resolução CNAS nº 13/2014 o qual inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Resolução nº 14/2014 do CNAS (parâmetros nacionais para inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas e projetos), Resolução nº 33/2011 do CNAS (dispõe sobre a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos), Nota Técnica nº 02/2017 do MDS e Portaria MTE 3.872/2023. A Fundação, no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais, formaliza em cada Projeto Social os objetivos do mesmo; a origem de recursos e a infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS Nº 109/09 e Decreto Nº 6.308/07); público-alvo, capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e a demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento dos projetos. A Fundação, em atendimento a Resolução do CNAS Nº 109/09 e Decreto Nº 6.308/07 tipificou suas atividades e executou suas ações, projetos e programas de forma continuada, gratuita e relacionadas com o desenvolvimento (objetivos institucionais) de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal. Todos os atendimentos foram e são realizados através de programas e projetos socioassistenciais totalmente gratuitos e todos os recursos são aplicados nas suas finalidades fins. A aplicação dos recursos em gratuidades atendeu o que preceitua a Constituição Federal em seu §7º - inciso III - Art. 195 que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei. A Lei nº 8.212 de 24/07/91 que dispõe sobre o Custeio da Previdência Social, em seu Art. 55 e o Decreto 3.048 de 06/05/99, a Fundação Fé e Alegria do Brasil no atendimento aos seus objetivos aplicou um percentual de seus recursos, maior do que o exigido em Lei. A **Fundação Fé e Alegria do Brasil** se atentou quanto ao atendimento da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e Decreto 11.791, de 21 de novembro de 2023 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social. Algumas destas ações foram realizadas por meio dos serviços descritos abaixo, atendendo a Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 e suas normatizações, sendo: I) *Proteção Social Básica* - Em conformidade com LOAS (Lei nº 8.742/1993), com redação dada pela a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, o conjunto de serviços e ações da Assistência Social organizou-se considerando a Proteção Social Básica, devidamente tipificada pela Resolução CNAS nº 109/2009 que dispõe sobre a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Resolução CNAS nº 13/2014 o qual inclui na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais a faixa etária de 18 a 59 anos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. No ano de 2025 FYA atendeu em seus **11 (onze)** centros sociais localizados em **10 estados** brasileiros, sendo eles: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Roraima e Amazonas, o atendimento a **2.560 (dois mil, quinhentos e sessenta) usuários:**

Centros Sociais

Proteção Social Básica | Resolução CNAS 109/2009

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	**Atendidos 2025**
BA - Ilhéus - N S Vitória I CNPJ 46.350.411/0007-21	99
CE - Vazantes CNPJ 46.250.411/0019-65	144
RN - Boa Esperança CNPJ 46.250.411/0009-93	233
PE - Recife CNPJ 46.250.411/0020-07	56
SP - Grajaú CNPJ 46.250.411/0011-08	164
MG - Montes Claros CNPJ 46.250.411/0014-50	448
MG - Santa Luzia CNPJ 46.250.411/0021-80	129
AM - Manaus CNPJ 46.250.411/0022-60	143
PB - João Pessoa CNPJ 46.250.411/0024-22	139
RS - Porto Alegre CNPJ 46.250.411/0018-84	178
RR - Boa Vista CNPJ 46.250.411/0035-85	827
Totalizador	**2.560**

II) *Proteção Social Básica* - Em conformidade com LOAS (Lei nº 8.742/1993), com redação dada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, o conjunto de serviços e ações da Assistência Social organizou-se considerando a Proteção Social Básica, conforme Resolução CNAS nº 33/2011, Nota Técnica 02/2017 do MDS e Portaria MTE 3.872/2023, que dispõe sobre as ações de promoção à integração ao mercado de trabalho e aprendizagem profissional. No ano de 2025 FYA atendeu **1.170 (mil cento e setenta)** adolescentes e jovens por meio do programa de socio aprendizagem com o objetivo de oportunizar a inserção laboral e contribuir para efetivação de seu projeto de vida, conforme abaixo:

Proteção Básica

Centros Sociais

Proteção Social Básica | Resolução CNAS 33/2011 e Nota Técnica MDS 02/2017

Socioaprendizagem Fé e Alegria	**Atendidos 2025**
PE - Recife CNPJ 46.250.411/0020-07	882
ES - Cariacica CNPJ 46.250.411/0015-31	288
Totalizador	**1.170**

***Empresas parceiras: Aprendizagem Profissional No Arco Administrativo:** Acao Comunitaria do Brasil Vocação; Aeso Ensino Superior de Olinda Ltda; Agencia Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira; Agencia Um Comunicação; Alforge Segurança Patrimonial Ltda; Anhanguera Comércio de Ferramentas Ltda; Aramis; Assobes Ensino Superior Ltda; Associação Educacional e Cultural Arco Íris; Associação Evangélica Beneficente de Pernambuco; Átrios Hotéis S/A; Auto Serviço Internacional Ltda - Santana; BCA Propaganda Ltda; Boticário Produtos de Beleza Ltda; Brasmundi Comércio Exterior e Logística; Castro e Rocha Ltda; Centro Especializado em Apoio Multidisciplinar Ltda; Cervejaria Petrópolis de Pernambuco Ltda; Cervejaria Petrópolis S/A; Clínica Médica e Odontológica Saúde Inclusão Medicina Ltda; Clínica Terapêutica Virtude Ltda; Comercial Batista; Condomínio Parque Vila Imperial; Cooperativa de Transporte Coletivo de Passageiros do Estado de Pernambuco; Cooperativa do Serviço Especial de Táxis do Aeroporto; Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas de Pernambuco; Edmar Victor Ltda; Elit Indústria de Tintas E Revestimento Ltda; FDM Clínica Terapêutica Ltda; FL Embalagens Ltda; FPS Prestadora de Serviços Ltda; Frigorífico Corella Ltda; Frigorífico Estrela do Sul Ltda; Hospital de Boa Viagem; Hospital de Câncer de Pernambuco; Hospital Santo Amaro; Hotel Luzeiros Recife Ltda; Inga Distribuidora Ltda; Instituto Antônio Pessoa de Queiroz; Instituto de Olhos do Recife; Interne Home Care Ltda; Ipesu Tec Boa Vista; Irep Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda; Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Recife; Isbet - Instituto Brasileiro Pró-educação, Trabalho e Desenvolvimento; João Barbosa Assessoria Jurídica; Kairos Segurança Ltda; L & E Indústria de Frango Ltda (D´Frango); Leapy Opg Frg - Educação e Treinamento Ltda; Lux Energia e Serviços; Mais Vida Serviços de Saúde Ltda; Marca Construtora e Serviços S/A; Mb Importação e Distribuição Ltda; Nova Mobi Pernambuco SPE S/A; Park Hotel e Administração Ltda; Safe Suporte à Vida Comércio Internacional Ltda; Santa Casa de Misericórdia do Recife; SBF Comércio de Produtos Esportivos S/A; Sindipol; Socicam; Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer; Soservi Sociedade de Serviços Gerais Ltda; Store Logística e Armazéns Gerais Ltda; Subcondomínio Riomar Recife; Telefônica Brasil S/A; Transágil Transportes de Carga Ltda; Unimed Recife; Universidade Católica de Pernambuco; UNIFBV; UP Imagem Centro de Diagnóstico; Vivo - Vocação; Yduqs Educacional Ltda; Zzab Comércio de Calçados Ltda. **Aprendizagem Profissional No Arco Varejo**: A Madeireira Indústria e Comércio Ltda; Asics Brasil Distribuição e Comércio de Artigos Esportivos Ltda; Boticário Produtos de Beleza Ltda; Farmácia Vilaça Ltda; Meia Sola Acessórios de Moda Ltda; Oficina Shopping Recife; SBF Comércio de Produtos Esportivos S/A; Zzab Comércio de Calçados Ltda. **Aprendizagem Profissional Em Logística:** Cervejaria Petrópolis de Pernambuco Ltda; General Goods Ltda; Grupo Los; Inga Distribuidora Ltda; União Multimodal Otm Ltda. **Aprendizagem Profissional Em Conservação E Limpeza**: Alfoservice Prestadora de Serviços Ltda; FPS Prestadora de Serviços Ltda; Soservi Sociedade de Serviços Gerais Ltda. **Aprendizagem Profissional Em Serviços Hoteleiros:** Atrio Hotéis S/A; Fit Hotéis e Serviços Ltda. **Aprendizagem Profissional Em Atendimento E Comércio:** BCA Propaganda Ltda; Brasfestas Comércio de Artigos de Festas Ltda; Indústria e Comércio Alexandre Ltda; Instituto de Olhos do Recife Ltda; Zzab Comércio de Calçados Ltda. **Aprendizagem Profissional Em Embalador À Mão:** Auto Serviço Internacional Ltda - Areinha; Auto Serviço Internacional Ltda - Campo Verde; Auto Serviço Internacional Ltda - Cariacica Sede; Auto Serviço Internacional Ltda - Castelo Branco; Auto Serviço Internacional Ltda - Nova Esperança; Auto Serviço Internacional Ltda - Porto de Santana; Embol Mais Ltda. III) *Proteção Social Especial de Média Complexidade* - Em conformidade com LOAS (Lei nº 8.742/1993), com redação dada pela a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, o conjunto de serviços e ações da Assistência Social organizou-se considerando a Proteção Social Especial de Média Complexidade, ofertando o **Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua** com o objetivo de assegurar atendimento e realizar atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades com pessoas que moram na rua, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. O Programa Ação Social em Porto Alegre teve a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa nos territórios, as situações de rua de crianças, adolescentes, indivíduos adultos e famílias. Atendeu a população em situação de rua, através de abordagem individual ou de grupos, promovendo, a partir da formação de vínculos no espaço da rua, a inserção na rede de serviços socioassistenciais e acesso às demais políticas públicas, conforme informado abaixo:

Proteção Social Especial de Média Complexidade

Centros Social

Proteção Social Especial de Média Complexidadev | Resolução CNAS 109/2009 e CNAS 09/2013

Abordagem Social	**Atendidos 2025**
RS - Porto Alegre CNPJ 46.250.411/0018-84	1.434
Totalizador	**1.434**

IV) *Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Programa de Acolhimento Institucional e Familiar* - Em conformidade com LOAS (Lei nº 8.742/1993), com redação dada pela a Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011, o conjunto de serviços e ações da Assistência Social organizou-se considerando a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, contribuindo para a garantia da proteção integral como: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos. O programa executado em Vitória - Espírito Santo é composto por 4 (quatro) serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, denominados Centro de Vivência, 1 (uma) República Masculina, 1 (uma) República Feminina para os egressos do acolhimento institucional e o Programa Família Acolhedora, conforme abaixo:

Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Centros Sociais

Proteção Social Especial de Alta Complexidade | Resoluções CNAS 109/2009 | CONANDA e CNAS 01/2006

Acolhimento Institucional	**Atendidos 2025**
ES - Vitória CNPJ 46.250.411/0006-40	
Centro de Convivência	39
Centro de Convivência I	54
Centro de Convivência III	19
Centro de Convivência IV	13
Familia Acolhedora	10
República - Masculina	3
República - Feminina	2
Totalizador	**140**

V) *Defesa e Garantia de Direitos* - Conforme Resolução CNAS nº 27/2011 e Nota Técnica MDS nº 10/2018 que dispões sobre as entidades de defesa e garantia de direitos que prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social. A Casa Luciano Mendes de Almeida e a Casa Padre José Maria Veláz proporcionaram acolhida para migrantes e refugiados imigrantes da Venezuela, com o objetivo de formação, interiorização e inserção ao mercado de trabalho, sendo:

Defesa e Garantia de Direitos

Centros Social

Defesa e Garantia de Direitos | Resolução CNAS 27/2011 e Nota Técnica MDS 10/2018

Casa de Acolhida	**Atendidos 2025**
Casa Dom Luciano Mendes de Almeida	
Ipiranga/SP CNPJ 46.250.411/0036-66	741
Totalizador	**741**

Defesa e Garantia de Direitos

Centro Social

Defesa e Garantia de Direitos | Resolução CNAS 27/2011 e Nota Técnica MDS 10/2018

Casa de Passagem	**Atendidos 2025**
Casa José Maria Velaz	
Boa Vista / RR CNPJ 46.250.411/0035-85	501
Totalizador	**501**

VI) *Consolidado | usuários atendidos*

Nome do Serviço | Programa	**Atendidos (2025)**
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	**2.560**
Serviço de Socioaprendizagem	**1.170**
Programa de Abordagem Social	**1.434**
Programa de Acolhimento Institucional	**140**
Defesa e Garantia de Direitos	**1.242**
Totalizador	**6.546**

Educação Básica: No ano de 2025, a Fundação Fé e Alegria ofertou serviço educacional totalmente gratuito no nível da Educação Infantil. O trabalho educativo realizado nas unidades mantidas está sustentado pelos princípios da Educação Nacional, estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 e critérios da instituição, a qual visa assegurar educação integral, por meio da educação popular e inclusiva em regiões de alto índice de vulnerabilidade social. Na Educação Infantil, o serviço propiciou acolhida aos educandos e garantiu estrutura para o desenvolvimento de atividades lúdicas, criativas, exploratórias e divertidas, considerando que a primeira infância, a criança estabelece toda a base do seu desenvolvimento motor, intelectual e social e a aprendizagem surge da descoberta e curiosidade natural do indivíduo pelo mundo que o cerca. Já no Ensino Fundamental e Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, teve a finalidade maior de contribuir para o desenvolvimento socioambiental das comunidades rurais onde atua, minimizando o êxodo dos jovens para a cidade. Para isso propôs aos estudantes o período regular na escola, para o desenvolvimento dos conhecimentos gerais e técnico agrícolas, e outro período nas propriedades rurais,

continua...

...continuação

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL

CNPJ nº 46.250.411/0001-36

onde colocam em prática os conhecimentos adquiridos na escola. Os serviços educacionais foram realizados por meio de convênios com órgãos públicos em âmbito municipal e estadual. Contudo, em atendimento as regras legais, realizamos aferição do perfil socioeconômico dos educandos conforme definido na Lei Complementar nº 187/2021 e Decreto 11.791/2023. *Unidades educativas:* No exercício de 2025, a **Fundação Fé e Alegria do Brasil** prestou serviços na Educação Básica nos três níveis de ensino: Ensino Infantil, Fundamental e Médio, também na modalidade da Educação Profissional Técnica. Em conformidade com o art. 19 da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021 e Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023, concedeu bolsas de estudo CEBAS aos alunos que comprovaram perfil socioeconômico. *Bolsas de Estudo* - Concessão de bolsas de estudo integrais (100%) com perfil socioeconômico estabelecido na Lei Complementar nº 187/2021, atendendo também às padronizações previstas no Decreto nº 11.791, de 21 de novembro de 2023 para a Educação Básica. Em 2025, os Centros de Educação Infantil atenderam **732** crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, nas seguintes unidades: • Centro de Educação Infantil Jardim Laranjeiras | Santa Catarina - Palhoça; • Centro de Educação Infantil Nova Conquista | Minas Gerais - Santa Luzia; • Centro de Educação Infantil Pe. José Ten Cate | Mato Grosso - Cuiabá; • Centro de Educação Infantil Rosa Mutran Maluf | Mato Grosso - Cuiabá; • Centro de Educação Infantil Fé e Alegria | São Paulo - São Paulo. Já na Escola Família Agrícola - EFA em Quixabeira na Bahia, atendeu **238** alunos em 2025 no ensino profissional técnico de nível médio em Agropecuária, integrado ao Ensino Médio.

Quadro da distribuição das bolsas de estudo - quantitativo de alunos em 31 de dezembro de 2025 - Educação Básica

Educação Básica	Em quantidade
1- Alunos base	**970**
2 - Alunos pagantes	**-**
3- Necessidade: 1/5	**194**
(+) Bolsas de estudo integrais	130
(+) Bolsas de estudo integrais e com deficiência (1,2)	-
(+) Bolsas de estudo integrais e em tempo integral (1,4)	199
(+) Bolsas de estudo parciais de 50%	8
4 - (=) Total de bolsas de estudo	**337**
5- (+) Benefícios complementares (conversão)	-

Conforme quadro acima, na Educação Básica, a Fundação Fé e Alegria do Brasil beneficiou alunos com bolsas de estudo, na seguinte proporção: **130** alunos com bolsas de estudo integrais, **199** alunos com bolsas de estudo integrais em tempo integral e **8** alunos com bolsas de estudo parciais. Na relação com o mínimo devido (1 bolsa de estudo para cada 5 alunos matriculados), foram concedidas **219** (duzentos e dezenove) bolsas de estudo acima do mínimo devido para o cumprimento da Lei Complementar nº 187/2021 e Decreto nº 11.791/2023. A Fundação Fé e Alegria do Brasil apresenta no quadro a seguir a distribuição da gratuidade em bolsas de estudo.

Apuração da gratuidade concedida	Em milhares (R$)
Valor das bolsas de estudo	10.907
(=) Total da gratuidade concedida	**10.907**

A Fundação Fé e Alegria do Brasil ofertou em 2025, o valor de R$10.907 (dez milhões, novecentos e sete mil) em gratuidade, por meio da concessão de bolsas de estudo aos alunos bolsistas integrais e parciais. Em consonância com a legislação vigente, a Fundação Fé e Alegria do Brasil, procedeu a entrega da documentação para fins do Certificado Beneficente de Assistência Social - CEBAS, na área de Educação, Processo nº 71000.084744|2016-92 deferido conforme Portaria 36 de 21/03/2022 para período 2022 a 2025. Em 28/04/2022 procedeu com a prestação de contas ano 2021 em meio eletrônico e via sistema .gov, conforme SEI/MEC 23000.013151|2022-47. Em 28/04/2023 protocolou via sistema .gov o processo de prestação de contas ano 2022 conforme SEI/MEC 23000.013548/2023-10. Em 06/12/2024 prestou contas do ano de 2023 e renovação para o triênio 2025 2026 2027 junto a plataforma do governo .gov, gerando o protocolo no MDS de nº 3087961192538/2025, o qual encontram-se aguarda análise. Em 29/04/2025 prestou contas do ano de 2024 junto a plataforma do governo .gov, gerando o protocolo no SERES MEC de nº 000244.0394349/2025, o qual encontram-se aguarda análise. As unidades educacionais mantêm seu cadastro atualizado no EDUCACENSO (Dados do Censo Escolar da Educação Básica). **22. Certificados, imunidades, isenções e renúncia fiscal:** Certificados, imunidades e isenções: A Fundação Fé e Alegria do Brasil é uma instituição filantrópica e social sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado cujo Estatuto Social contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil. A imunidade tributária para o terceiro setor está prevista no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e art. 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. O direito à imunidade permite a entidade beneficente de assistência social, saúde e educação não realizar mais o pagamento dos seguintes impostos e contribuições: ISS, IPTU, ITBI; ICMS, IPVA e ITCMD; IR, IOF, ITR, IPI, II , IE; e INSS Patronal, PIS sobre a folha, SAT/RAT, COFINS, através de ação judicial em desfavor da União, estados e municípios que realize a cobrança da tributação indevida contra as entidades do terceiro setor que estejam enquadradas no artigo 150. A Fundação Fé e Alegria do Brasil é uma entidade beneficente de assistência social, com registro no CEBAS, e para usufruir da Isenção Tributária, cumpre os seguintes requisitos: *Estatutários:* • Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos (Art. 30 do Estatuto Social); • Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais (Art. 24: Parágrafo 1° do Estatuto Social); • Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto (Art. 24: Parágrafo 1° do Estatuto Social); • Atende ao princípio da universalidade do atendimento, onde não direciona suas atividades exclusivamente para seus associados (as); • Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidade sem fins lucrativos congêneres ou a entidades públicas (Art. 31 do Estatuto Social); • Consta em seu estatuto social a natureza, objetivos e público-alvo compatíveis com a Lei Nº 8.742/93 (LOAS) e Decreto Nº 6.308/07 (Art. 04º do Estatuto Social). *Operacionais e contábeis:* • Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; • Mantêm sua escrituração contábil regular e o registro das receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; • Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; • Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; • Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditores independentes legalmente habilitados nos Conselhos Regionais de Contabilidade. Isenções previdenciárias usufruídas: Para atender aos requisitos da legislação pertinente e em atendimento a ITG 2002 (R1) - entidades sem finalidade de lucros, a Fundação registra no resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Fundação Fé e Alegria concedeu R$27.153 (em 2024 foram R$27.260) em gratuidades, através de bolsas de estudos e ações socioassistenciais e usufruiu em isenções fiscais, através dos encargos sociais usufruídos, o valor de R$4.374 (em 2024 foram R$4.460). Assim, a concessão de benefícios sociais foi superior em R$22.780 (em 2024 foram R$22.800), em relação aos encargos sociais usufruídos.

	2025			2024		
Encargos sociais usufruídos	**Total**	**Educação**	**Ação Social**	**Total**	**Educação**	**Ação Social**
Cota patronal sobre folha e terceiros	4.374	1.424	2.950	4.460	1.356	3.104
	4.374	1.424	2.950	4.460	1.356	3.104

	2025			2024		
(-) Gratuidades e benefícios sociais concedidos	**Total**	**Educação**	**Ação Social**	**Total**	**Educação**	**Ação Social**
Bolsas de estudo integrais e parciais (Lei Complementar nº 187/2021)	2.546	2.546	-	2.100	2.100	-
Serviços sociais e assistenciais	24.607	-	24.607	25.160	-	25.160
	27.153	2.546	24.607	27.260	2.100	25.160
(=) Gratuidades e benefícios sociais concedidos a MAIOR	22.780	1.122	21.657	22.800	744	22.056

23. Instrumentos financeiros: A Fundação não possui operações financeiras com instrumentos financeiros, entretanto, poderá incorrer em riscos relativos a risco de crédito, risco de taxa de juros e risco de liquidez. Risco de crédito: O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	2025	2024
Caixa e equivalente de caixa	**5.053**	5.042
Títulos e valores mobiliários	**6.148**	5.249
Outras contas a receber	**471**	420
	11.672	10.711

Risco de liquidez: A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem. A Fundação apresentava em 31 de dezembro de 2025 um saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários de curto prazo de R$11.200 (R$10.291 em 2024) frente a um passivo circulante total na mesma data base de R$11.173 (R$10.421 em 2024) que representa uma posição liquida positiva de R$28 (R$130 negativo em 2024). Risco de taxa de juros: Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Fundação eram:

Instrumentos de taxa variável	2025	2024
Ativos financeiros - CDI		
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	**3.931**	4.200
Títulos e valores mobiliários	**6.148**	5.249
Total	**10.079**	9.449

A Fundação mantém parcela substancial de suas aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários indexadas à variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, a Fundação presentava exposição líquida a taxa de juros no montante de R$10.079 (R$9.449 em 2024). *Análise de sensibilidade para mudanças na taxa de juros:* Para o cálculo do cenário provável foram utilizadas as taxas referenciais obtidas na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2025. Os cenários "Possível" e "Remoto" levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados, em valores nominais são como seguem, e as despesas com juros de debêntures estão calculadas até o término de cada contrato indexado.

		Provável	Possível	Remoto
CDI (a.a.)		14,32%	17,90%	25,06%
			25%	50%
	Saldo Contábil	**Provável**	**Possível**	**Remoto**
Aplicações Financeiras classificadas como Caixa e Equivalentes de Caixa	3.931	4.494	4.635	4.775
Títulos e Valores Mobiliários	6.148	7.028	7.248	7.468
Exposição líquida em CDI		1.443	1.804	2.165

Estimativa do valor justo: A Fundação divulga seus ativos e passivos a valor justo, com base nos pronunciamentos contábeis pertinentes que definem valor justo, a estrutura de mensuração do valor justo, a qual se refere a conceitos de avaliação e práticas e requer determinadas divulgações sobre o valor justo. *Valor justo versus valor contábil:* Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2025		2024	
Ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado	**Valor contábil**	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Títulos e valores mobiliários	**6.148**	**6.148**	5.249	5.249
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	**3.931**	**3.931**	4.200	4.200
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	**1.121**	**1.121**	843	843
Outras contas a receber	**471**	**471**	420	420
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	**86**	**86**	90	90
Outras contas a pagar	**46**	**46**	72	72
Convênios Públicos e Privados a Executar	**8.927**	**8.927**	8.113	8.113

As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, classificadas como valor justo por meio do resultado, são classificadas na categoria nível 2. Para os níveis 1 e 3, a Fundação não possuía nenhuma operação a ser classificada nas datas-bases. **24. Receitas com subvenções privadas:** A Fundação recebe recursos de entidades não governamentais, que as repassam a projetos preestabelecidos e aprovados pelos próprios mantenedores. Estes recursos são usados para a manutenção administrativa da Fundação. Os recursos internacionais são convertidos à moeda local, utilizando-se das taxas locais praticadas, depositados em conta corrente da Fundação Fé e Alegria do Brasil e em reais. Para a contabilização de suas subvenções não governamentais, atendeu a Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período, as seguintes subvenções do Poder Privado:

	2025	2024
Parceiros não governamentais		
ANEAS	**5.735**	7.290
Marcelo Benedito Maluf	**133**	166
Entreculturas/Alboan	**664**	485
Manos Unidas	**411**	454
Inditex	**3.359**	3.654
Diocesis de Rottenburg - Alemanha	**662**	1.041
Magis America/Bastion Life	**146**	214
Associacao da Unidade Executora da Caixa Escolar - EFA	**220**	224
Federacion Intern. de Fe Y Alegria	**109**	179
Outros	**1.145**	614
	12.584	14.321

25. Receitas com subvenções públicas: São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. Para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a Resolução CFC Nº 1.305/10 (NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais) e a Resolução CFC 1.409/12 (R1) que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período, as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Parceiros governamentais	2025	2024
Secretaria de Estado da Cultura - ES	**20**	11
CMDCA - Cons Mun Crian e Ad. - Montes Claros MG	**246**	20
Pref. Mun. Palhoça	**1.060**	953
Pref. Mun. Cariacica	**134**	168
Pref. Mun. Porto Alegre	**2.810**	2.411
Pref. Mun. Santa Luzia	**1.740**	1.442
Pref. Mun. São Paulo	**3.689**	3.295
Pref. Mun. Vitória	**5.156**	4.990
Pref. Mun. Cuiaba	**891**	751
Comdica-Recife	**73**	107
Gov. da Bahia	**3.369**	2.522
Gov. Estado São Paulo	**-**	6
Gov. Estado Rio Grande do Sul	**31**	48
Pref. Mun. João Pessoa	**180**	70
Outros	**11**	152
	19.412	16.946

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

Alexandre Raimundo de Souza
Diretor Presidente- CPF. 988.121.736-91

Fernando Marcelino Polysello
Contador - CRC 1SP 256549/O-3

PARECER DO CONSELHO FISCAL

(a) O Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA DO BRASIL** no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) e Demonstrações de Resultados Abrangentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. (b) Com base nos exames efetuados e considerando a opinião prévia do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. ("EY Brasil"), o Conselho Fiscal, indica para aprovação os referidos documentos contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 e autoriza, após a aprovação pelo Conselho Curador, a Publicação do Balanço Patrimonial.

São Paulo/SP, 24 de abril de 2026.

Vendelino Kroetz
CPF: 526.036.109-10 - Presidente do Conselho Fiscal
Alexandre Raimundo de Souza
CPF: 988.121.736-91 - Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores do **Fundação Fé e Alegria do Brasil. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Fé e Alegria do Brasil ("Fundação" ou "Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros - ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fabio Henrique Rontani Fonseca
Contador
CRC-292795/O

JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA:05687343000190

Assinado de forma digital por JORNAL EMPRESAS E NEGOCIOS LTDA:05687343000190
Dados: 2026.05.06 19:34:17 -03'00'

https://jornalempresasenegocios.com.br/publicidade_legal/fundacao-fe-e-alegria-do-brasil-balanco-patrimonial-31-de-dezembro-de-2025-e-2024/

ITI Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

ICP Brasil